

Agenda 2000: uma oportunidade histórica – uma leitura centrada na ideia de progresso¹.

Cláudia Ramos
Professora Auxiliar | UFP
cramos@ufp.pt

Resumo

Neste texto pretende-se abordar a ideia de progresso subjacente à ideia de Europa adoptada na construção da *União Europeia*. Para tal usar-se-á, em particular, documentação produzida em torno da *Agenda 2000*, pelo eco possível (deliberado?) em tal designação das referências milenaristas ao sentido da história. Complementarmente, far-se-á uma breve referência ao milenarismo do primeiro milénio, uma vez que a *Cristandade*, espaço político e mental em que ocorreu, é uma das alegadas raízes da Europa de hoje frequentemente evocada por teóricos e por construtores da *União Europeia*².

Abstract

The paper discusses the concept of progress that underlies the idea of Europe, as adopted within the construction of the European Union. For the purpose, documents produced by the EU for the “Agenda 2000” will be analysed, searching for topics based upon a view of history directly or indirectly associated with the idea of the millennium. An incursion in the meaning the first millennium had for the people of the Middle Ages will also be made, given that Christendom is still evoked

1. O texto abaixo apresentado foi escrito como suporte para um debate sobre o milenarismo subjacente à ideia de progresso, em alguns discursos contemporâneos.

2. São correntes, em obras quer de divulgação quer especializadas, alusões aos antecedentes medievais da ideia de Europa. Ver entre outros, Campos (1995:21-22) e Pires (1992:77-83).

today, by some of the builders of the European Union, as a historical root for the idea of Europe.

Comecemos pelos dois termos chave:

Progresso: Os modelos circulares do tempo terão talvez a vantagem de reduzir a angústia da mudança, o medo ou o júbilo do imprevisto. Ao contrário, os milenarismos implicam essa sensação de tempo que desgasta a existência e que se aponta para um fim, uma consumação, potencialmente uma regeneração. A ideia de progresso insere-se nessa última perspectiva, a de um tempo que transcorre orientado para um futuro que se projecta e se concretiza melhor que o passado que se deixou para trás. Poder-se-ia talvez dizer que os milenaristas do progresso são os “optimistas” da história, os que rejeitam o sem sentido do tempo ou as teses da degenerescência. O devir histórico orienta-se (ou é passível de orientação) num sentido positivo, superando limitações anteriores.

Tal perspectiva pode basear-se numa crença profunda numa providência exterior ao homem que lhe acompanha o destino, predeterminando-o ou não; ou numa crença laica na vontade e na acção do homem, singular ou colectivo. O progresso é assim o sentido positivo de um percurso e constitui-se, como tal, leitura valorativa da própria história.

A Europa: a do presente, a do passado, tem-se visto a si própria como sede de um modelo de progresso. Para nomear alguns exemplos podem apontar-se as vertentes: da civilização (face à barbárie), da cristandade (face ao infiel), da razão (face ao obscurantismo), da liberdade (face à servidão), do bem-estar (face à subsistência precária), do desenvolvimento (face ao subdesenvolvimento), do humanitarismo (face à atrocidade), da autocrítica (face ao dogmatismo). Embora os vários aspectos apontados contenham, entre si, incompatibilidades pode argumentar-se que a Europa que se conta a si própria como um caso de “progresso”, não rejeita, nas versões vulgarmente exaradas, a sua história, integrando-as numa tradição europeia de sentido comum, ainda que pautada por etapas que se terão ajustado às circunstâncias dos tempos. Curiosamente, o passado justifica assim o futuro, definindo-lhe o sentido mas não as características.

As circunstâncias dos tempos que viram nascer os fundamentos institucionais da actual União Europeia pediam mais pragmatismo que ideologia. As feridas mal sanadas, abertas nos homens e nas terras pela 2ª Guerra Mundial – qual apocalipse – poderiam abrir-se de novo, caso não se encontrassem meios eficazes para promover o entendimento mútuo propiciador da paz. A paz assumia assim um lugar central no seio da ideia de progresso de que a Europa comunitária se iria tornar paladina. O entendimento mútuo, no seio de tal projecto, pressupunha o reconhecimento de interesses comuns no âmbito económico, mas também no político, no social, no cultural (Urwin, 1995:8; Nicoll e Salmon, 2000: 8, 21).

Em vésperas do *Milénio*, a ideia de Europa alberga formalmente quinze estados membros. A *Agenda 2000*, apresentada ao Parlamento Europeu por J. Santer em Julho de 1997 e desenvolvida na sequência, é um conjunto de documentos estratégicos de programação do futuro da Europa da *União*. Nele se definem três vectores de actuação: o alargamento da *União*, a Leste; a revisão das políticas da *União*, nomeadamente as estruturais e a agrícola; a revisão do quadro financeiro. O alargamento, consequência indirecta do desmoronar do bloco soviético, representa uma espécie de vitória “pacífica” sobre o “outro”, afinal o temível vizinho que alimentou as angústias da Guerra Fria. Por outro lado, numa Europa em que as lógicas de mercado, não sendo absolutas, são todavia imperiosas, o alargamento significa o reforço do bloco regional europeu, a nível mundial. Por sua vez, a revisão das políticas internas e do quadro financeiro visa o reforço da construção europeia, mas também a racionalização dos meios, em função da experiência já acumulada e das novas circunstâncias (Comissão Europeia, 1997)³.

Pormenorizemos um pouco. Nesse ano de 1997, a situação, à partida, era caracterizada da seguinte forma: a Europa enfrenta dificuldades, primordialmente de ordem *económica*, que se traduzem numa certa contracção ocorrida por meados dos anos 90 e que terá provocado um crescendo de desemprego (situação que, por sua vez, terá que ser enquadrada na evolução da economia mundial); por outro lado, há problemas de natureza *política* e *psicológica*, que se prendem com o distanciamiento da U.E. relativamente ao *público* (sic) e que se terão mani-

3. Documento também acessível em <http://europa.eu.int/scadplus/leg/pt/s60000.htm> (em 11/04/2000).

festado, aquando do debate de Maastricht, num descontentamento evidente. Este *público* é apresentado, no documento, como um colectivo cujas preocupações prementes são (eram) o desemprego, as questões ambientais, a saúde, a toxicodependência, a criminalidade e a instabilidade fronteiriça. Referem-se ainda, como problemas, a exclusão social e o envelhecimento das populações europeias. Em contraponto, apresenta-se a oportunidade histórica: o alargamento⁴.

Os temas que perpassam a abordagem das políticas europeias são: a necessidade de medidas conducentes a um desenvolvimento sustentado, ao desenvolvimento científico e tecnológico (particularmente no campo das tecnologias da informação e da comunicação), ao crescimento do emprego, bem como ao melhoramento das suas condições e das condições de vida em geral (enuncia-se, por exemplo, o princípio do máximo de flexibilidade para as empresas conjugado com o máximo de segurança para os indivíduos); a necessidade de dar continuidade às políticas de coesão social e económica já encetadas; a necessidade de rever os sistemas de apoio à agricultura readaptando-a para um mercado potencialmente alargado mas também fortemente competitivo; a necessidade de renovar o conceito de economia rural agregando-lhe novas actividades, nomeadamente a protecção ambiental; a necessidade de manter e expandir o modelo europeu de paz, estabilidade e prosperidade, reforçando a política externa e de segurança comum; finalmente, a necessidade de rever o funcionamento burocrático, institucional e político da União, apontando-se no sentido do reforço da eficácia e do avanço na senda da integração política – afirma-se: «É do interesse da União Europeia exercer responsabilidade política consentânea com o poder económico que detém»⁵.

O alargamento é apresentado a partir das condições de acesso para esse efeito estatutariamente definidas pela União, a saber: [1] «*estabilidade das instituições que garantem a democracia, o primado da lei, os direitos humanos, o respeito e a protecção das minorias*»; [2] «*a existência de uma economia de mercado efectiva e a capacidade de enfrentar a pressão da concorrência e das forças de mercado dentro da União*»; [3] «*a capacidade de aceitar as obrigações inerentes à*

4. Resume-se aqui o conteúdo da «Introdução» do documento citado na nota anterior.

5. Sumariamente, abordam-se aqui alguns dos tópicos da parte I do documento («*As políticas da União*»).

condição de membro, incluindo-se aí a adesão aos objectivos de união política, económica e monetária.». É apresentado o relatório da Comissão, fazendo o ponto da situação dos candidatos, relativamente aos critérios apontados. Aborda-se o impacto do alargamento sobre a União Europeia, salientando-se vantagens económicas, políticas e geopolíticas sem que, no entanto, se subestimem as dificuldades inerentes ao processo e evidenciando-se, por isso, a necessidade de o planear cuidadosamente⁶.

O novo quadro financeiro é definido para o período 2000-2006 (um período considerado suficientemente longo para dar curso às políticas referenciadas atrás) sendo óbvia a preocupação de racionalização das despesas, procurando-se, sem prejuízo da consecução das políticas de fundo já encetadas na União, enquadrar o financiamento necessário ao esforço de pré-adesão dos novos candidatos⁷.

Sem nos aventurarmos nos percursos tortuosos da história comparada, cujas versões sérias levantam problemas teórico-metodológicos de difícil resolução, e cuja vulgata dá normalmente azo a anacronismos de análise e juízos de valor desajustados, ocorre-nos pensar num dos alegados antecedentes da ideia de Europa que agora se constrói: a Europa medieval da viragem do primeiro milénio. G. Duby retratou-a com mestria em *O Ano Mil*. A obra, construída a partir de testemunhos materiais e documentais da época, apresenta as expectativas do Milénio, os sinais lidos pelos homens de então como presságio da desgraça (entendida como caos e deflagração do mal) mas também a superação de sentido positivo (o reentrar na ordem e o triunfo do bem). À época, essa Europa (a de Duby é essencialmente francesa) enfrentava a feudalização dos poderes, a violência dos guerreiros, o desregramento de alguns clérigos, a fome, a doença. O “progresso” ter-se-á feito sentir (Duby faz história das atitudes mentais) quando a Igreja conseguiu impor a “paz de Deus”, empurrando o ardor belicoso dos seus guerreiros para fora da Cristandade; quando a reforma dos poderes (laicos e eclesiásticos) permitiu repor a ordem; quando a natureza foi generosa nos campos e amainou as fomes (Duby, 1980).

6. Sumariamente, abordam-se aqui alguns dos tópicos da parte II do documento («O desafio do alargamento»).

7. Alude-se aqui à parte III do documento («O novo quadro financeiro»).

Paz, pão e reforma político-administrativa (a historiografia corrobora os dados) terão assim aberto um novo horizonte a uma Europa que se fragmentava politicamente e se depauperava materialmente. A paz por que os homens de Deus pugnavam permitiu exportar a guerra para lá das fronteiras da Cristandade e assim mesmo ajudou a defini-las, por vezes até a alargá-las. Ódios antigos foram geminados na consciência cristã. Os campos, livres das patas dos cavalos e da selvajaria dos soldados, por vezes entregues a monges laboriosos e sabedores, multiplicaram o fruto e, com ele, progressivamente, o número dos homens. Entre os “ímpios”, a espada dos guerreiros semeava a “fé verdadeira” (Duby, 1980:143).

Cabe perguntar se haveria nessa Europa um sentido de comunidade, uma razão funda de identificação entre os homens, um interesse comum, superior às diferenças parciais? Os discursos da elite de então reproduzem modelos integradores trifuncionais que procuram justificar a organização social, política e económica da época, bem como ligar essa organização terrena a uma ordem semelhante mas superior, a celeste. O que acima designámos como comunidade poderá corresponder ao que então se chamou *Cristandade* – o interesse comum era afinal a *salvação* prometida aos justos para o fim dos tempos. Todavia, trazia com ela garantias acrescidas de subsistência material. O discurso desenvolve-se no nível do imaginário, ou do ideológico, da elite. De facto, não sabemos até que ponto esta ou similares visões eram partilhadas pelo comum dos homens. Mas sabemos que ela legitimou formas de poder, ou se legitimou por meio deste último (Duby, 1982; Kantorowicz, 1999).

Hoje, o alargamento é-nos apresentado, no próprio texto da *Agenda 2000*, como um *desafio* e uma *oportunidade histórica* (Comissão Europeia, 1997). Julgamos que se reproduz aqui o equívoco da utilização da palavra história que já referimos atrás: ela remete para o passado, filia no que está antes, enraíza... e todavia refere-se a uma possibilidade do presente, relativa à construção do futuro. Do alargamento diz-se, numa das brochuras de divulgação da *Agenda 2000*, publicada sob iniciativa da Comissão Europeia: «Para muitos destes países, a adesão à União é quase como um regresso a casa, um regresso às tradições políticas e culturais europeias que lhes foram negadas durante décadas» (Comissão Europeia, 1999:18). O termo *oportunidade* não

é menos equívoco: ele designa, simultaneamente, a capacidade de intervenção do homem, agente, no percurso da história, moldando-lhe o sentido; mas também a coacção das circunstâncias, que num dado momento se configuram favoráveis, o que torna, nessa óptica, inadiável a decisão. A mesma brochura parece querer demonstrar que tal decisão medeia o acesso dos europeus a um futuro mais sorridente: mais verde, com agricultores mais felizes por razão das reformas do sector e de políticas redistributivas mais justas, as vias de comunicação melhores, o ar mais puro, a ciência mais partilhada, o dinheiro mais bem gerido, a democracia, a paz e os direitos do homem progressivamente mais respeitados, a descentralização assegurada... enfim, em breve, quinhentos milhões de almas unidas no uníssono de um mercado único, quiçá de uma identidade revisitada... reinventada. Do lado de dentro da actual *União* o afã dos políticos e dos burocratas para construir tal identidade já se vai evidenciando. É que, como disse J. Delors, «Ninguém se apaixona por um mercado comum» (cit. Laffan, 1996: 95) e a *paixão*, leia-se adesão, sentimento, identificação, comunhão eventualmente, é necessária para solidificar a comunidade: dos corpos no bem-estar e das almas no ideal europeu.

Cabe ainda perguntar pelas fronteiras dessa ideia de Europa, uma vez que o próprio recorte geográfico do continente é convencional. Dito de outra forma: Onde parará o alargamento? Nos limites da Cristandade? Nos do Império Romano? São admissíveis incursões no velho mundo do império de Alexandre, o Macedónio? Poder-se-á, “pós-colonialmente”, voltar ao mundo outrora colonial? E, se a montanha não for a Maomé, poderão os maometanos assomar à montanha⁸? Estas não são preocupações de resolução imediata (embora abordadas) no contexto da *Agenda 2000*, uma vez que, ao assumir a viragem, apenas se define o rumo mas não o ponto de chegada. Romano Prodi, em discurso proferido em 15 de Fevereiro de 2000 afirmou:

(...) a Europa precisa de projectar o seu modelo de sociedade para o mundo mais vasto. Não estamos aqui apenas para defender os nossos

8. O problema da diversidade cultural-religiosa levanta-se não apenas na relação interna aos países da União Europeia com as minorias de imigrantes muçulmanos, mas também em função da possibilidade de alargamento a países de forte tradição islâmica. É ainda um factor condicionante das relações de “vizinhança” com o Norte de África, particularmente no que respeita ao Sul da Europa e às políticas de imigração da União (Kymlicka, 1995).

interesses: temos uma experiência histórica única para oferecer. A experiência de libertar os povos da pobreza, da guerra, da opressão, da intolerância. Forjámos um modelo de desenvolvimento e de integração continental baseado nos princípios da democracia, da liberdade e da solidariedade e é um modelo que funciona. Um modelo em que há uma partilha consciente da soberania, no qual todos nós aceitamos pertencer a uma minoria. / Não é imperialismo querer propagar estes princípios e partilhar o nosso modelo de sociedade com os povos do Sul e do Leste da Europa, os quais aspiram pela paz, pela justiça e pela liberdade. De facto, a Europa tem que avançar⁹.

Cabe também perguntar pela relação com o exterior, isto é, com os outros blocos regionais, a admitir-se a progressiva agregação dos espaços políticos actuais em blocos regionais mais vastos: Pacífica? Defensiva? Ofensiva? Portadora de um novo expansionismo ideológico?

Uma última pergunta: será esta Europa dos *universais*, cujo discurso justificativo parece por vezes escorregar no sentido do proselitismo, ela mesma, um verdadeiro, pacífico, fraterno e solidário unísono de políticos, burocratas e cidadãos?¹⁰ Claro que a *Agenda 2000* é um programa de actuação política, ou seja, um conjunto de opções sustentadas por uma argumentação, técnica, racional, ideológica. Claro que à opção política anda associado o embaraço da escolha, até porque há diversas possibilidades de argumentação técnica, racional, ideológica. Por exemplo: a interpretação federalista do sentido da Europa não é um unísono. A título ilustrativo, cito duas leituras provenientes de duas “pontas” do espectro político português. Diz a primeira:

(...) temos a emergência recente de uma nova perspectiva, o federalismo europeu, que promete paraísos futuros para entretanto impor estritos

9. Cf. «Romano Prodi President of the European Commission 2000 – 2005: Shaping the New Europe European Parliament Strasbourg, 15 February 2000» in <http://europa.eu.int/rapid/start/egi/guesten.ksh?paction.gettxt=gt&doc=SPEECH/00/41|0|RAPID&lg=EN> (em 01/05/2000)

10. Os dados sobre mobilização e participação política dos cidadãos europeus, especificamente no que respeita a esta esfera regional, registam níveis baixos de envolvimento. Vejam-se, por exemplo, os resultados de sondagens à opinião pública publicados pela própria Comissão Europeia, no *Eurobarómetro*, desde 1973. Por sua vez, nas suas teses neofuncionalistas, E. Haas desenvolveu a ideia de que o processo mobiliza, nas primeiras etapas, preferencialmente os políticos e a oficialidade da máquina administrativa comunitária, sendo portanto distintos os graus de integração de diferentes camadas da população, num dado momento (Rosamond, 2000:50-73). Apesar de esta corrente não ser hoje aceite como bastante, na sua arquitectura integral, para explicar o fenómeno da integração europeia, a hipótese de trabalho referida acima continua a ser pertinente.

controles policiais, militares, mediáticos e monetários ao exercício da cidadania./ Ora, com o euro e com a guerra, foi o federalismo que triunfou provisoriamente, convertendo o panorama político europeu a um unanimismo onde as diferenças são meros detalhes ou disputas de liderança. (...) É ele que aponta para a criação de um Estado supra-nacional, e começa efectivamente a construí-lo desde já, apesar da falta de suporte democrático para esse projecto. Nas actuais circunstâncias, o federalismo só se poderá instituir a golpes de Estado contra a população europeia.¹¹

Refere a segunda:

[O grupo União para a Europa das Nações] constituiu-se para defender uma Europa fundada na liberdade de decisão das Nações, no respeito da diversidade e da identidade de cada Estado-membro e que propugna a solidariedade entre todas as categorias sociais e a generosidade para com os países menos desenvolvidos. / O Grupo UEN luta pela construção de uma Europa democrática, que respeite os cidadãos e as vontades nacionais, em alternativa à construção de um modelo europeu federal e burocrático.¹²

Encarada a questão do ponto de vista da representatividade popular, dirão alguns que os partidos em causa são expressão de vozes minoritárias. Mas não estamos nós numa Europa plural, inclusiva, que respeita as minorias? Como vimos atrás, as condições de adesão são exigentes e vão no sentido da uniformização. Por sua vez, as brochuras de divulgação, ou as palavras de Romano Prodi, parecem bastante peremptórias, no que respeita ao modelo do melhor dos mundos possíveis.

Em suma: Embarcar no progresso, no progresso U.E., não garante uma viagem de longo curso; tampouco é um bilhete de ida e volta e, portanto, jamais reversível, jamais um retorno ao passado. O progresso parece construir-se ao passo cadenciado das conjunturas, porventura aproveitando o *élan* dos acontecimentos para saltar para o futuro. Por outro lado, este progresso da U.E. não parece, na sua estrutura subjacente, substancialmente diferente do progresso dos cristãos para o Paraíso; não, obviamente, que os objectivos sejam os mesmos mas é a forma, o modelo mental que parece continuar-se: em ambos os casos,

11. <http://www.bloco-de-esquerda.pt/programafinal.html> (em 09/05/2000).

12. <http://www.partido-popular.pt> (em 09/05/2000).

um progresso “milenarista”, assente num tempo sequenciado e cadenciado, em que as decisões se tomam, em última análise, entre o bem e o mal convencionados. Exaurida a força inspiradora da divindade, que o projecto cristão medieval de Europa conheceu, cabe agora aos homens gerir a providência, em seu próprio nome. Retirada a peça chave da hierarquia, tal gestão é tanto mais difícil quanto o próprio sistema em que se insere proclama a democracia, a solidariedade e o respeito pela vontade de cada um. É um milenarismo do progresso, um optimismo sobre a história... É uma revolução calculada, porque rompe com o passado imediato, sob a branda ilusão da continuidade “histórica”. É uma associação amigável, onde ninguém é compelido a entrar. E é, no paradigma anunciado da democracia, um espaço de passividade e apatia popular inquietantes para os políticos e os decisores em geral e que os leva a pensar que o bem estar material não transbordou suficientemente sobre as outras esferas da vontade humana; ou, que o caminho terá que ser outro, se o que se almeja é uma conversão pela convicção.

Referências bibliográficas

- Campos, João Mota. (1995). *Direito Comunitário*. Vol. I – *O Direito Institucional*. 7ª ed. Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian.
- Comissão Europeia. (1997). *Agenda 2000. Para uma União reforçada e alargada*. Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão Europeia. (1999). *Agenda 2000. Para uma União reforçada e alargada*. Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Duby, Georges. (1982). *As três ordens ou o imaginário do Feudalismo*. Lisboa, Ed. Estampa.
- Duby, Georges. (1980). *O Ano Mil*. Lisboa, Ed. 70.
- Eurobarómetro. (1973-). *Opinião Pública na União Europeia*. Bruxelas: Comissão Europeia – Direcção Geral de Informação.
- Kantorowicz, E. (1999). *Morrer pela Pátria*. Lisboa, Ed. Sá da Costa.
- Kymlicka, Will. (1995). *The Rights of Minority Cultures*. Oxford, Oxford U.P.
- Laffan, Brigid. (1996). "The Politics of Identity and Political Order in Europe", in: *Journal of Common Market Studies*. vol. 34 (n. 1), p. 95.
- Nicoll, William & Salmon, Trevor. (2000). *Understanding the European Union*. Londres, Longman, 2000.
- Pires, Francisco L. (1992). *O que é a Europa?* Lisboa: Difusão Cultural.
- Rosamond, Bem. (2000). *Theories of European Integration*. Houndsmill: Macmillan Press.
- Urwin, Derek. (1995). *The Community of Europe. A History of European Integration since 1945*. 2ª ed. Londres, Longman.